



Carta aberta ao Governador do Tocantins pela retificação do edital da Saúde e pela criação da Coordenação Estadual de Saúde Bucal

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Tocantins,

Dirijo esta carta aberta com respeito institucional, mas também com a firmeza que o tema exige, para solicitar a retificação do Edital nº 001/2026 - SECAD/SES/TO, publicado no Diário Oficial do Estado em 29 de julho de 2026, a fim de incluir vagas para cirurgiões-dentistas no concurso público da Saúde, bem como para defender a criação da Coordenação Estadual de Saúde Bucal no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde.

O edital prevê o provimento de 5.124 vagas para o quadro de cargos, carreiras e remuneração dos profissionais da saúde do Estado do Tocantins. Apesar da amplitude do certame e da presença de cargos de nível médio, técnico e superior em diversas áreas, não há qualquer vaga para o cargo de cirurgião-dentista, embora existam vagas para Técnico em Saúde Bucal em municípios como Palmas, Araguaína, Paraíso, Augustinópolis e Guaraí.

Essa ausência causa perplexidade porque a odontologia integra, de forma inequívoca, o campo da saúde pública. O próprio edital reconhece a importância da área ao prever vagas para Técnico em Saúde Bucal e ao atribuir a esse cargo funções como participação em ações educativas, promoção da saúde bucal, ensino de técnicas de higiene, aplicação tópica de flúor, remoção de biofilme e apoio técnico em procedimentos odontológicos. No entanto, essas atribuições não substituem a atuação do cirurgião-dentista, profissional de nível superior responsável pelo diagnóstico, planejamento terapêutico, execução clínica dos procedimentos e responsabilidade técnica do cuidado odontológico.

O problema não é apenas corporativo. Trata-se de uma questão de integralidade da assistência. A saúde bucal não pode ser tratada como periférica ou secundária, porque ela se relaciona diretamente com dor, infecção, mastigação, nutrição, fala, autoestima e qualidade de vida. A Pesquisa Nacional de Saúde Bucal, coordenada pelo Ministério da Saúde, foi concebida justamente para avaliar as condições de saúde bucal da população brasileira e subsidiar políticas públicas voltadas às principais doenças e agravos da área.

Também é preciso olhar para a capacidade de organização da rede. Dados apresentados pela Coordenação-Geral de Saúde Bucal do Ministério da Saúde indicam que o Tocantins contava com 506 equipes de saúde bucal credenciadas para um teto de 620 equipes, segundo panorama do e-Gestor divulgado em 2025. Esse cenário mostra que a política de saúde bucal exige coordenação, planejamento, apoio técnico, monitoramento de indicadores e articulação permanente entre Estado e municípios.

Por isso, além da retificação do edital, torna-se necessária a institucionalização de uma Coordenação Estadual de Saúde Bucal com estrutura, autonomia técnica e responsabilidade de organizar a política no estado. Em outras unidades da federação, coordenações estaduais de saúde bucal já exercem funções como assessoria técnica, capacitação das equipes municipais, elaboração de diretrizes, articulação da rede e ampliação do acesso da população às linhas de cuidado. A existência dessa instância fortalece a governança da política pública e evita que a saúde bucal fique dispersa, sem prioridade administrativa clara.

Há necessidade urgente de que essa coordenação lidere projetos reais e permanentes. Para as crianças, isso significa programas estaduais de saúde bucal nas escolas, com avaliação periódica, escovação supervisionada, educação em saúde, aplicação tópica de flúor e encaminhamento para tratamento, em linha com experiências já adotadas no país e com as diretrizes do Ministério da Saúde para prevenção na infância. Para os idosos, significa organizar linhas de reabilitação oral com próteses dentárias, atendimento continuado, ações educativas e cuidado específico para pessoas em instituições de longa permanência, fortalecendo mastigação, fala, autoestima e qualidade de vida. E significa, ainda, estruturar a odontologia hospitalar em todos os hospitais regionais estaduais, com presença de cirurgiões-dentistas habilitados para atuação hospitalar e integração efetiva com as equipes multiprofissionais.

O Tocantins já ultrapassou a marca de 139 mil pequenos negócios ativos, indicador que mostra um estado em crescimento e com forte dinâmica econômica. Em um cenário de expansão social e econômica, torna-se ainda mais necessário fortalecer a rede pública de saúde com profissionais e estruturas de gestão que cuidem da população de forma completa, incluindo a atenção odontológica, especialmente para crianças, trabalhadores, gestantes, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade.

Também é importante destacar que o próprio Conselho Regional de Odontologia do Tocantins já reagiu anteriormente à exclusão de vagas para cirurgiões-dentistas do concurso estadual da Saúde e cobrou providências do poder público. A repercussão demonstra que a ausência da odontologia no edital não é uma leitura isolada, mas uma preocupação legítima de uma categoria que atua na linha de frente do cuidado e conhece, de perto, as demandas reprimidas da população.

Diante disso, esta carta solicita ao Governo do Estado do Tocantins, à Secretaria de Estado da Saúde e à Secretaria de Estado da Administração as seguintes providências:

- Retificação imediata do edital para inclusão de vagas para cirurgiões-dentistas.
- Distribuição dessas vagas de forma regionalizada, acompanhando a lógica das demais carreiras da saúde previstas no concurso.
- Criação formal da Coordenação Estadual de Saúde Bucal, com atribuições de planejamento, apoio técnico, monitoramento, articulação regional e fortalecimento da rede estadual de atenção em saúde bucal.
- Implantação de projetos permanentes de saúde bucal para crianças, com foco em prevenção, diagnóstico precoce e cuidado nas escolas.
- Implantação de projetos permanentes de reabilitação oral para idosos, com ampliação do acesso a próteses e atendimento continuado.
- Presença de cirurgiões-dentistas em todos os hospitais regionais estaduais, com implantação e fortalecimento da odontologia hospitalar como serviço essencial no cuidado aos pacientes internados.
- Reconhecimento da saúde bucal como parte estruturante da política pública de saúde e não como área acessória.
- Reforço da composição das equipes, garantindo complementaridade entre cirurgião-dentista e Técnico em Saúde Bucal, sem substituição indevida de funções.

A retificação do edital e a criação de uma Coordenação Estadual de Saúde Bucal não representarão apenas justiça com a categoria. Representarão compromisso com a população tocaninense, que tem direito a uma saúde pública completa, resolutiva e humanizada. Um concurso dessa dimensão não pode deixar de fora justamente o profissional que responde por uma área essencial do cuidado, nem o Estado pode seguir sem uma instância própria de coordenação capaz de planejar e conduzir essa política com continuidade.

Retificar este edital, criar a Coordenação Estadual de Saúde Bucal e garantir dentistas em todos os hospitais regionais estaduais é reconhecer que a odontologia faz parte da saúde integral. É reconhecer que prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e odontologia hospitalar exigem equipe completa e gestão qualificada. É, sobretudo, uma decisão coerente com um Tocantins que deseja cuidar melhor de sua gente.

Palmas - Tocantins, 30 de julho de 2026

Respeitosamente, **Dra. Ângela Maria da Silva - Cirurgiã-dentista**



Dra. Ângela
Pré-candidata a
Deputada Estadual

**Gente
como
a gente**